ISSN: 2358-8829

NEABI NAS ESCOLAS: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ZONA LESTE DE MANAUS-AM

Inaê Nogueira Level [1]
Carlos Eduardo da Cunha Pereira [2]
Ussumane Baldé [3]
Eulina Maria Leite Nogueira [4]

INTRODUÇÃO

A persistência das desigualdades raciais no Brasil demanda ações educativas contínuas e comprometidas com a transformação das relações sociais. Nesse contexto, a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) constitui uma dimensão fundamental na construção de uma educação democrática, que reconheça a pluralidade étnico-racial e confronte práticas de discriminação presentes na sociedade e no cotidiano escolar.

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. A aprovação dessas leis resulta de processos históricos de mobilização, especialmente das lutas do Movimento Negro e dos povos indígenas por reconhecimento e justiça. Contudo, a existência de marcos legais não assegura, por si só, sua efetivação nos currículos, nos materiais didáticos e nas práticas pedagógicas.

Gomes (2012) analisa o papel do Movimento Negro na ressignificação e politização da ideia de raça e destaca sua atuação educativa junto ao Estado, à sociedade e ao campo educacional. Essa perspectiva permite compreender que a implementação da ERER não depende apenas da inclusão de conteúdos, mas também do reconhecimento dos saberes produzidos por sujeitos e coletivos historicamente marginalizados. A autora retoma essa dimensão ao discutir os conhecimentos construídos nas lutas por emancipação e o caráter educador do Movimento Negro (Gomes, 2022).

[1] Doutoranda em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM), inae.level@ifam.edu.br;
[2] Mestrando em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM), carloscunha@ufam.edu.br;
[3] Doutorando em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM), baldeussumane079@gmail.com;
[4] Doutora em Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Professora permanente na Faculdade de Educação - UFAM, eleite@ufam.edu.br

No Amazonas, a discussão sobre as relações étnico-raciais deve considerar as histórias, identidades e experiências dos grupos que constituem a região. O IFAM possui NEABIs em seus campi, distribuídos em diferentes municípios, além de um NEABI Sistêmico vinculado à Reitoria. Esses núcleos atuam na valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas e na promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão comprometidas com o enfrentamento ao racismo.

Este artigo apresenta reflexões sobre a implementação da ERER na Educação Básica em escolas públicas do entorno do Campus Manaus Zona Leste (CMZL), a partir do projeto de extensão "NEABI nas Escolas: Educação Antirracista em Prática". O trabalho considera os desafios para a efetivação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e discute as contribuições das ações extensionistas desenvolvidas com a comunidade escolar.

O objetivo é analisar como o projeto de extensão contribui para o letramento racial, para a valorização das identidades étnico-raciais dos estudantes e para o fortalecimento das práticas pedagógicas docentes. Busca-se, ainda, refletir sobre o papel da extensão na construção de relações entre o IFAM, as escolas públicas e as comunidades da Zona Leste de Manaus.

PERCURSO METODOLÓGICO

O presente trabalho adota abordagem qualitativa e participativa, desenvolvida em diálogo com a comunidade educativa. As ações são realizadas em escolas públicas do entorno do CMZL, entre elas a E.M. Prof.ª Zenaira Bentes e o CIME Senador Artur Virgílio, e envolvem estudantes do Ensino Fundamental II, professores e integrantes da equipe extensionista.

O percurso contempla momentos de diagnóstico e intervenção pedagógica. O diagnóstico escolar considera as demandas apresentadas pela comunidade educativa e as formas pelas quais as temáticas étnico-raciais aparecem no cotidiano e no planejamento escolar. Essa etapa orienta a elaboração das atividades, procurando adequá-las às necessidades e às características das escolas participantes.

As ações extensionistas incluem rodas de conversa, oficinas lúdicas e atividades de formação. As discussões abordam identidade, pertencimento, racismo estrutural e valorização das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas. Em algumas atividades,

são utilizados elementos da cultura popular, como música, cinema e esportes, como recursos para aproximar os temas das experiências dos estudantes.

O projeto também envolve estudantes do Ensino Médio Integrado do IFAM-CMZL, preparados para participar das ações como agentes multiplicadores. Estão previstas visitas guiadas ao NEABI e ao campus, bem como a participação dos estudantes das escolas parceiras em apresentações no Festival Ubuntu, atividade organizada pelo NEABI e realizada no contexto das ações referentes à Consciência Negra.

A abordagem participativa pressupõe a escuta dos sujeitos envolvidos e a construção das atividades em relação com a realidade escolar. Para fins de avaliação, o acompanhamento qualitativo das ações considera as interações observadas, a participação dos estudantes e as percepções apresentadas pela comunidade educativa. A sistematização de instrumentos, registros e critérios de análise deve ser ampliada nas etapas seguintes do projeto, para documentar com maior precisão os resultados.

MOVIMENTO NEGRO, RAÇA E EDUCAÇÃO

A Educação para as Relações Étnico-Raciais exige compreender a raça como categoria social e política que organiza relações de poder, produz desigualdades e influencia as formas de representação e pertencimento. Ao discutir termos e conceitos presentes no debate racial brasileiro, Gomes (2005) ressalta a necessidade de contextualizar as categorias utilizadas e compreender os efeitos históricos do racismo na sociedade e na educação.

Em diálogo com essa perspectiva, Munanga (2004) analisa criticamente a construção da identidade nacional brasileira e os efeitos da ideologia da mestiçagem sobre a afirmação da identidade negra. Sua reflexão contribui para problematizar discursos que, sob a aparência de harmonia racial, tendem a ocultar desigualdades e a deslegitimar experiências de discriminação.

Gomes (2012) compreende o Movimento Negro como sujeito político que questiona as interpretações naturalizadas sobre raça e intervém na educação, na produção de conhecimento e na formulação de políticas públicas. Essa compreensão fundamenta o conceito de Movimento Negro Educador: as lutas sociais produzem saberes e práticas

pedagógicas que podem reorientar currículos e instituições. Desse modo, a ERER não deve ser tratada como conteúdo periférico ou restrito a datas comemorativas, mas como parte constitutiva do projeto educativo.

As contribuições de Lélia Gonzalez também são relevantes para compreender a formação cultural brasileira e a permanência de referências africanas e indígenas frequentemente subalternizadas. Ao formular o conceito de amefricanidade, Gonzalez (1988) propõe uma leitura que questiona a centralidade eurocêntrica e considera as experiências históricas e culturais das Américas. Essa reflexão favorece abordagens pedagógicas que valorizem repertórios culturais, linguísticos e históricos presentes nas comunidades escolares.

EDUCAÇÃO LIBERTADORA E PEDAGOGIA ENGAJADA

A atuação educativa do projeto dialoga com a concepção de educação libertadora de Paulo Freire. Para o autor, o processo educativo deve favorecer a leitura crítica da realidade e a participação dos sujeitos na construção do conhecimento, recusando práticas que os posicionem como receptores passivos (Freire, 2019). Aplicada à ERER, essa perspectiva exige considerar as experiências dos estudantes e problematizar as relações sociais que produzem desigualdades.

hooks (2017), por sua vez, propõe uma pedagogia engajada, comprometida com a participação dos estudantes e com a construção de ambientes de aprendizagem capazes de questionar relações de dominação. Sua reflexão sobre educação e liberdade permite compreender a sala de aula como espaço de diálogo, responsabilidade e transformação. Em *E eu não sou uma mulher?*, hooks (2019) analisa a articulação entre racismo e sexismo na experiência de mulheres negras, contribuindo para uma abordagem interseccional das desigualdades.

Em conjunto, Freire (2019) e hooks (2017) oferecem fundamentos para uma prática pedagógica que não se limita à transmissão de conteúdos, mas que reconheça os sujeitos, suas experiências e as relações de poder que atravessam o processo educativo. Essa orientação é pertinente às ações de letramento racial desenvolvidas nas escolas públicas, pois possibilita tratar identidade, racismo e pertencimento de modo participativo e contextualizado.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acompanhamento qualitativo das ações do projeto aponta contribuições em três dimensões: valorização da identidade e da autoestima dos estudantes; fortalecimento das práticas pedagógicas docentes; e promoção de relações escolares mais inclusivas e plurais. Esses apontamentos são apresentados como resultados qualitativos do trabalho, sem pretensão de mensurar estatisticamente os efeitos da intervenção.

As atividades voltadas à identidade, à estética e à ancestralidade têm favorecido espaços de reflexão sobre as formas como os estudantes percebem a si mesmos e os grupos aos quais pertencem. O contato com referências afro-brasileiras e indígenas e a valorização de diferentes experiências culturais contribuem para questionar padrões que frequentemente desqualificam traços fenotípicos, histórias e conhecimentos não hegemônicos.

Essa dimensão dialoga com Munanga (2004), cuja análise permite compreender como determinadas narrativas nacionais podem obscurecer a afirmação de identidades negras. Também se aproxima da abordagem de Gonzalez (1988), ao reconhecer a relevância das matrizes culturais das Américas e questionar a hierarquização dos conhecimentos. Assim, o trabalho pedagógico com identidade não se limita à representação simbólica: envolve ampliar as referências disponíveis aos estudantes e legitimar suas experiências.

O projeto também contribui para a reflexão dos professores sobre a abordagem das relações étnico-raciais no currículo. A realização de oficinas e momentos de diálogo busca apoiar a superação de práticas episódicas, nas quais as temáticas afro-brasileiras e indígenas aparecem apenas em datas específicas, e incentivar sua integração ao planejamento pedagógico.

Essa orientação está de acordo com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e com a compreensão de Gomes (2005, 2012) de que a educação antirracista demanda revisão das concepções sobre raça, currículo e produção de conhecimento. As contribuições do Movimento Negro, nesse sentido, oferecem subsídios teóricos e políticos para que os conteúdos escolares reconheçam a participação histórica de populações negras e indígenas na formação social brasileira.

A pedagogia libertadora de Freire (2019) e a pedagogia engajada de hooks (2017) também ajudam a interpretar a importância de práticas contextualizadas e

dialógicas. Ao considerar as experiências dos estudantes e as relações de poder presentes no espaço escolar, a ação docente pode contribuir para que a sala de aula se constitua como espaço de aprendizagem crítica e respeito à diversidade.

As ações do projeto buscam favorecer um ambiente escolar em que diferenças étnico-raciais possam ser reconhecidas e respeitadas. A discussão sobre racismo e discriminação, aliada à valorização de repertórios culturais diversos, pode apoiar a construção de relações de convivência mais inclusivas.

Essa dimensão requer continuidade. Intervenções pontuais podem iniciar debates importantes, mas a transformação das relações escolares depende de práticas institucionais, formação permanente e acompanhamento das situações vividas pelos estudantes. Por isso, a extensão deve estar articulada ao trabalho pedagógico das escolas e às políticas institucionais de enfrentamento ao racismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “NEABI nas Escolas: Educação Antirracista em Prática” promove a aproximação entre o IFAM-CMZL e as escolas públicas da Zona Leste de Manaus por meio de ações de letramento racial, oficinas, rodas de conversa e atividades de formação. A experiência evidencia a importância de articular a legislação educacional, os conhecimentos produzidos por intelectuais e movimentos negros e indígenas e as experiências concretas das comunidades escolares.

O acompanhamento qualitativo aponta contribuições para o fortalecimento da autoestima e da identidade étnico-racial dos estudantes, para a reflexão sobre as práticas pedagógicas e para a construção de ambientes escolares mais inclusivos. Em diálogo com Gomes (2005, 2012), Gonzalez (1988), Munanga (2004), Freire (2019) e hooks (2019), compreende-se que a educação antirracista requer tanto a revisão dos currículos quanto o reconhecimento dos sujeitos e saberes historicamente marginalizados.

A extensão, quando desenvolvida em diálogo com as escolas e com continuidade, pode constituir um instrumento político-pedagógico relevante no enfrentamento ao racismo. Entretanto, a sustentabilidade dessas ações depende de políticas institucionais permanentes, de condições para a formação continuada de professores e da sistematização das experiências realizadas. A efetivação das Leis nº

10.639/2003 e nº 11.645/2008 exige, portanto, compromisso coletivo e contínuo com a justiça racial e social na Educação Básica.

Palavras-chave: Educação Antirracista. NEABI. Extensão. Justiça Racial

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM) e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Zona Leste (IFAM/CMZL) pelo apoio à realização deste trabalho. Registramos nosso agradecimento especial ao IFAM/CMZL pelo financiamento do projeto de extensão "NEABI nas Escolas: Educação Antirracista em Prática" e à Pró-Reitoria de Extensão do IFAM pelo apoio institucional.

Agradecemos ao NEABI/CMZL por constituir um espaço de esperançar, formação e militância por justiça racial, fortalecendo o diálogo entre educação, sociedade e luta antirracista na Amazônia. Estendemos nosso reconhecimento às escolas parceiras e a todas as pessoas que contribuíram para a realização das atividades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2005. p. 39–64.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727–744, jul./set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/. Acesso em: 15 out. 2026.

GOMES, Nilma Lino (org.). **Saberes das lutas do Movimento Negro Educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69–82, jan./jun. 1988.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS (IFAM). **Resolução nº 052/CONSUP/IFAM, de 2 de junho de 2022**. Aprova o Regulamento das Políticas de Ações Afirmativas do IFAM. Manaus: IFAM, 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.